

**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**



# **A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**



# **A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural**

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco



Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural  
1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de  
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-27-6

DOI 10.22533/at.ed.276201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.  
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de  
Souza.

CDD 370.710981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca  
brincando com fardado, criança grita  
mas se leva pro sarau, a criança rima  
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA, SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os

autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas. Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
UMA ABORDAGEM ACERCA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS PARA COMUNIDADE SURDA DE JATAÍ	
Kamilla Fonseca Lemes Garcia Andréia de Cássia Silva Machado Thábio de Almeida Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CAMPANHA DE ALFABETIZAÇÃO CUBANA (1961): UMA PROPOSTA DE ESCOLARIZAÇÃO POPULAR COMO PRÁTICA EMANCIPADORA	
Dayane de Freitas Colombo Rosa Roseli Gall do Amaral da Silva José Joaquim Pereira Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
A CONFECÇÃO DE <i>CARD GAMES</i> COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DO PROGRAMA DE SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Thaís da Silva Santos Gabriel Soares Pereira Luciano Gomes da Silva Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>36</b>
A CONSTRUÇÃO DA LEI Nº 9.394/96: TRAJETÓRIA E IMPASSES POLÍTICOS	
Raryson Maciel Rocha Andrea Silva Domingues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS TÁTEIS PARA DEFICIENTES VISUAIS USANDO PAPEL MICROCAPSULADO	
Alex Santos de Oliveira Elton Rodrigues Cantão João Elias Vidueira Ferreira Maria do Perpétuo Socorro Sarmiento Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NO PROCESSO DE ACOLHIMENTO DO EDUCANDO COM TDAH	
Lúcia Balbina de Souza Nunes Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza Lucas Capita Quarto José Fernandes Vilas Netto Tiradentes Fábio Luiz Fully Teixeira Fernanda Castro Manhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013026</b>	



<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>69</b>
A EDUCAÇÃO DE SURDOS E A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR	
Rosimar de Jesus Souza Sepulchro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013027</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>77</b>
A ESCOLA MUNICIPAL BARRO BRANCO: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÕES EXTERNAS E O COTIDIANO ESCOLAR	
Vanessa SerafimdaSilva	
Bianca Silva Martins	
Israel Gonçalves Cardoso	
Juliana Luíza Pinto dos SantosTeixeira	
Moacir dos Santos da Silva	
Josely Ferreira Ribeiro	
Antônio Henrique Nunes Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013028</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>88</b>
A LUTA E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE “PAU A PIQUE” NO ASSENTAMENTO 14 DE AGOSTO EM ARIQUEMES- RO	
Maria Estélia de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2762013029</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>104</b>
A IMPORTÂNCIA DO SUPORTE DO PROFESSOR PARA OS ALUNOS QUE POSSUEM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM	
Danielle Souza Barbosa	
Rosa Vicentin	
Kelli Cristina Rodrigues Alves	
Stefane Aparecida Nascimento	
Tamires Costa Paula	
Valéria De Gregorio Santos	
Elizabeth Maria Souza	
Michele Ramos Marçal	
Liziria Gabriela Soares Ribeiro	
Cristiane Paganardi Chagas	
Elizabeth Maria Souza	
Josiane De Alves Barboza	
Zulmira Batista Ortega Bueno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27620130210</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>113</b>
A ORIGEM DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO E SEU PAPEL COMO FORMADORA DO SER ÉTICO	
Lucas Toshitaka Yatsugafu Longo	
Pedro Calixto Ferreira Filho	
Devanir Pereira dos Santos Canovas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27620130211</b>	

**CAPÍTULO 12 ..... 124**

A OSTERFEST DA CIDADE DE POMERODE: UM PATRIMÔNIO CULTURAL COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO DO CURSO DE ARTES VISUAIS DA FURB NA MODALIDADE PARFOR

Adriana Schoeffel  
Lilian Veronica Souza  
Nildasia Santos de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.27620130212**

**CAPÍTULO 13 ..... 137**

A PLURALIDADE CULTURAL ENSINADA NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO DA CRIANÇA NO AMAZONAS

Maria de Jesus Campos de Souza Belém  
Bernardina Barbosa da Silva Martins

**DOI 10.22533/at.ed.27620130213**

**CAPÍTULO 14 ..... 150**

GÊNERO E SEXUALIDADE: PANORAMA DAS DISSERTAÇÕES E TESES NA ÁREA DE ENSINO E NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO GOIANOS

Mariana Lucas Mendes  
Cristiane Maria Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.27620130214**

**CAPÍTULO 15 ..... 164**

A PROFISSÃO DOCENTE NO SÉCULO XXI: CAUSAS E REFLEXOS DA DESMOTIVAÇÃO DOS PROFESSORES

Luiz Marles Gonçalves dos Santos  
Lívia de Oliveira T. Dias Carvalho  
Samantha Jesus dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.27620130215**

**CAPÍTULO 16 ..... 173**

A PROVA BRASIL: DESAFIOS PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Eliane Brito de Lima

**DOI 10.22533/at.ed.27620130216**

**CAPÍTULO 17 ..... 184**

ACORDO BRASIL/ESTADOS UNIDOS: OS OBJETIVOS HEGEMÔNICOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO/1997

Darllen Almeida da Silva  
Norma-Iracema de B. Ferreira  
kátia de Nazaré Santos Fonsêca

**DOI 10.22533/at.ed.27620130217**

**CAPÍTULO 18 ..... 199**

ADAPTAÇÃO CURRICULAR PARA O ALUNO COM TEA: SABERES DE PROFESSORES

Marcus Vinicius da Rocha Santos  
Maria Camila da Silva

Najra Danny Pareira Lima  
Mayanny da Silva Lima  
Valeria Silva Carvalho  
Thais Costa Medeiros  
Mychelle Maria Santos de Oliveira  
Thalia Costa Medeiros  
Gilma Sannyelle Silva Rocha

**DOI 10.22533/at.ed.27620130218**

**CAPÍTULO 19 ..... 209**

**ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA DAS PRÁTICAS DE LEITURAS CRÍTICO-REFLEXIVAS: JOGOS E BRINCADEIRAS**

Antônia Janira Silva Salvaterra  
Jacinto Pedro P. Leão  
Rosemeire Ferrarezi Valiante  
Sandra Andrea de Miranda

**DOI 10.22533/at.ed.27620130219**

**CAPÍTULO 20 ..... 225**

**ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEEJA DR. CLÁUDIO FIALHO: MEDIAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE**

Jacinto Pedro P. Leão  
Rosemeire Ferrarezi Valiante  
Antônio Aguinivaldo Pereira Lima

**DOI 10.22533/at.ed.27620130220**

**CAPÍTULO 21 ..... 239**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO TESTE FORMA MENTIS COMO EVIDÊNCIA DA POTENCIAL MENTALIDADE EMPREENDEDORA DOS JOVENS**

Carmen Ivanete D'Agostini Spanhol  
Breno Prado da Silva  
Juliana Fick de Oliveira  
Maria Clara Mahlke Ranoff

**DOI 10.22533/at.ed.27620130221**

**CAPÍTULO 22 ..... 252**

**ANALISES DA EVASÃO SEGUNDO A OFERTA DE VAGAS DE TRANSFERÊNCIAS NA USP**

Ana Amélia Chaves Teixeira Adachi

**DOI 10.22533/at.ed.27620130222**

**CAPÍTULO 23 ..... 272**

**APLICABILIDADE TEÓRICO-PRÁTICA DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL NOS PROCESSOS EDUCATIVOS**

Sérgio Caetano da Silva Junior

**DOI 10.22533/at.ed.27620130223**

**CAPÍTULO 24 ..... 280**

**AS ESCOLAS TEUTO-BRASILEIRAS: UM PROJETO EDUCACIONAL**

Joel Haroldo Baade  
Adelcio Machado dos Santos

Joel Cezar Bonin

**DOI 10.22533/at.ed.27620130224**

**CAPÍTULO 25 ..... 292**

**AS IMPLICAÇÕES DO TRABALHO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM**

Davi dos Santos Almeida

Maria de Jesus Campos de Souza Belém

**DOI 10.22533/at.ed.27620130225**

**CAPÍTULO 26 ..... 306**

**ATITUDES DOCENTES COM CRIANÇAS INCLUSAS EM UMA ESCOLA PARTICULAR DE FORTALEZA**

Cristiane de Oliveira Rezende

Carolina Eckrich Canuto

**DOI 10.22533/at.ed.27620130226**

**CAPÍTULO 27 ..... 317**

**ATIVIDADES LÚDICAS COMO INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA APLICADA AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DE FÍSICA**

Suellen Cristina Moraes Marques

Cristiane Gomes Guimarães

Gislayne Elisana Gonçalves

**DOI 10.22533/at.ed.27620130227**

**CAPÍTULO 28 ..... 327**

**AVALIAÇÃO DE SOFTWARES EDUCATIVOS PARA O ENSINO DA FÍSICA NO ENSINO MÉDIO**

Vagner Santos da Silva

Geanderson Márcio da Costa e Silva

Josinalva Dias do Nascimento Silva

Severino Mendes da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.27620130228**

**CAPÍTULO 29 ..... 337**

**BARALHO E O PÔQUER NO ENSINO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE**

Rafael Cordeiro

Rodrigo Lima Almeida

Adriana Ap. Molina Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.27620130229**

**CAPÍTULO 30 ..... 342**

**BRANQUITUDE NO CURRÍCULO ESCOLAR: A NECESSIDADE DE DESNEUTRALIZAR O BRANCO**

Higor Antonio da Cunha

Thamara Parteka

**DOI 10.22533/at.ed.27620130230**

<b>CAPÍTULO 31 .....</b>	<b>355</b>
<b>CARTA A QUEM OUSA RESISTIR</b>	
Eliane Renata Steuck	
Márcia Pereira Silva	
Márcia Madeira Malta	
Vilmar Alves Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27620130231</b>	
<b>CAPÍTULO 32 .....</b>	<b>360</b>
<b>CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA: ALGUNS ASPECTOS OBSERVADOS DURANTE A EXISTÊNCIA DA RÚSSIA SOCIALISTA</b>	
Flávio Leite Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27620130232</b>	
<b>CAPÍTULO 33 .....</b>	<b>372</b>
<b>O PROCESSO DE LEITURA NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: E UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA COM LEITURAS INFANTIS NA E.M.E.I. SANTA ROSA NO MUNICÍPIO DE ABATETUBA/PA</b>	
Oselita de Figueiredo Côrrea	
Maria da Trindade Rodrigues de Sarges	
João Batista Santos de Sarges	
Eliane Sueli Araújo Nery	
Jhonys Benek Rodrigues de Sarges	
José Francisco da Silva Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.27620130233</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>383</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>384</b>



## ACORDO BRASIL/ESTADOS UNIDOS: OS OBJETIVOS HEGEMÔNICOS DO *MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO/1997*

Data de aceite: 31/01/2020

### **Darllen Almeida da Silva**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) –  
Macapá - AP

<http://lattes.cnpq.br/2338596243784752>

[rochadarllen@hotmail.com](mailto:rochadarllen@hotmail.com)

### **Norma-Iracema de B. Ferreira**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) –  
Macapá – AP

<http://lattes.cnpq.br/4565640771905632>

[normairacemaunifap@gmail.com](mailto:normairacemaunifap@gmail.com)

### **kátia de Nazaré Santos Fonsêca**

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) –  
Macapá – AP

<http://lattes.cnpq.br/4867709817521146>

[katia.fonseca@unifap.br](mailto:katia.fonseca@unifap.br)

**RESUMO:** O tema aborda a concepção de educação presente no *Memorando de Entendimento sobre Educação/1997*, documento que alavancou diversas ações do Acordo entre Brasil e Estados Unidos da América, no que tange a intercâmbio educacional, com o objetivo de analisar o referido documento, desnudando sua natureza supostamente colaborativa, para revelar os reais objetivos da parceira. O problema indaga: de que forma tal Memorando concorre à perpetuação do modelo capitalista de produção

vigente na sociedade? A metodologia pautou-se em pesquisa documental, desenvolvida com abordagem qualitativa, calcada em análise de conteúdo. Os resultados confirmam a hipótese: o Acordo contribui para a manutenção da hegemonia capitalista, pois atua como difusor de seus ideários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acordo Bilateral Brasil/EUA; Educação; Hegemonia Capitalista.

**ABSTRACT:** The theme is about the conception of education presented in the *Memorando de Entendimento sobre Educação/1997*, document which provided many actions of the agreement between Brazil and United States of America, concerned with educational exchange. The objective is to analyze the cited document, taking out the supposed collaborative nature, and revealing the real objectives of this partnership contract. The problem asks: in what ways the referred Memorandum leads to the perpetuation of the current mode of capitalist production in society? The methodology is the documental research, developed by qualitative approach and content analyses. The results validate the hypothesis: The Agreement contributes to the maintenance of capitalist hegemony, because it acts as a diffuser of its ideas.

**KEYWORDS:** Bilateral Agreement Brazil/USA; Education; Capitalist Hegemony.

## INTRODUÇÃO

O tema/objeto deste estudo é concepção de educação impressa no texto do *Memorando de Entendimento sobre Educação*, que integra o Acordo firmado “por troca de notas para o estabelecimento do ‘Comitê de Educação para Intercâmbio Educacional e Financiamento de Programas de Intercâmbio,’ que entrou em vigor em 19 de outubro de 1966, e o Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América sobre ‘Cooperação em Ciência e Tecnologia,’ que entrou em vigor em 15 de maio de 1986 e foi prorrogado em 30 de janeiro de 1996.” (BRASIL, 1997). O objetivo consiste em analisar o *Memorando/1997*, desnudando sua natureza supostamente colaborativa, para transparecer os reais objetivos da parceria entre os países signatários. No problema indaga-se: o citado *Memorando/1997* remete a uma concepção hegemônica neoliberal de educação, contribuindo à perpetuação do modelo capitalista de produção vigente na sociedade? A hipótese é que o documento contribui para a manutenção do modo de produção capitalista hegemônico, à medida que pauta a educação como difusora de seus ideários.

Dessa forma, a análise se firma na relação entre o conceito de hegemonia, em Gramsci (1999) e sua utilização como ferramenta de luta política e ideológica, especialmente na educação. Dialoga-se também com Tragtenberg (2012), no que se refere à educação como recurso do Estado, para fortalecer relações desiguais de poder necessárias à manutenção do sistema capitalista, além de Apple (2003; 2005; 2006), no que concerne à concepção mercantilista de educação. Outra importante discussão refere-se ao papel do Estado e dos Organismos Multilaterais na composição das políticas educacionais e, nesse contexto, o trabalho dialoga também com José Luiz Coraggio (2009) e Rosa Maria Torres (2009), bem como Gilberto Souza (2017). Para a compreensão do modelo neoliberal, na constituição de políticas educacionais, recorre-se a Eneida Shiroma, Maria Cecília Moraes e Eneida Evangelista (2007), Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2014). Além dos citados, outros estudiosos também compõem o escopo teórico do tema em pauta.

Ressalta-se que este estudo consta como uma seção da Dissertação de Mestrado intitulada “Hegemonia estadunidense sobre o Brasil: os programas PDPI e ETA (2012-2018)” do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

## 1 | METODOLOGIA

Neste estudo, optou-se por Pesquisa Documental, de abordagem qualitativa. Justifica-se tal escolha porque a matéria-prima do estudo é fundamentalmente um documento oficial, advindo de aparelho do Estado. Conforme Evangelista (2009) “documento é história,” dialoga com as concepções de mundo do período em que

foi produzido e exige do pesquisador uma postura ativa nas fases da Pesquisa Documental, devendo-se atentar à tríplice temporalidade: o tempo do documento, o das fontes secundárias e o do pesquisador.

Na investigação, tais elementos fizeram-se presentes. Isto porque, na voz do objeto de pesquisa (o *Memorando/1997*), pôde-se compreender os discursos impressos, suscitando novas compreensões de mundo, com base na Análise de Conteúdo – técnica mais elaborada e de maior prestígio no campo da Pesquisa Documental, como meio para estudar as comunicações entre os homens, enfatizando o conteúdo das mensagens por eles emitidas, tal como exposto por Triviños (1987).

## 2 | DISCUSSÃO DOS DADOS

Na análise documental, verificou-se que o *Memorando/1997* é um desdobramento de Acordo firmado em 1966, ano circunscrito à ditadura militar. É válido pontuar que neste contexto histórico, seguindo os caminhos abertos pelo Programa *Aliança para o Progresso*, emergiram Acordos no Brasil, por meio da Reforma do Ensino Superior (Lei 5.540/68), sob os auspícios do então Ministério da Educação, em consórcio com a *United States Agency for International Development*, para disseminar um ensino pautado nos padrões estadunidenses. Tais Acordos pautavam-se em relatórios, tais como os de Atcon, e nisto consistiu o Acordo MEC/USAID, forma como ficou consagrada a aliança Brasil/USA.

No governo militar, de acordo com Pina (2011, p. 42), “a Educação foi tomada como um mecanismo de controle social e político por parte do governo brasileiro e, por parte dos Estados Unidos, como um mecanismo de dominação e de dependência.” Estava, então, estabelecido o Acordo que apontava para um modelo educacional que buscava manter a soberania de um país capitalista rico, os EUA, sobre um emergente, o Brasil, via intercâmbio de idioma, cultura e ideologias. É válido destacar que o citado Acordo tem diversas vertentes de estudo, no entanto, sua menção aqui é para estabelecer a ponte com o Memorando de Entendimento sobre Educação/1997, que é o objeto central da análise em pauta. Por isso, não se enfatizarão pormenores, apenas destacar-se-á como um dos braços do modelo econômico de hegemonia que veio se desenvolvendo desde então, devidamente articulado ao novo regime e concebia um modelo de Educação para a:

formação do ‘capital humano,’[ou seja, com] vínculo estreito entre Educação e mercado de trabalho, modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político ideológico da vida intelectual e artística do país. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 29).

Observa-se no excerto, que a Educação no período militar buscou imprimir a

ideia do desenvolvimento, profundamente atrelada à Teoria do Capital Humano, a qual “afirmava ser a Educação um dos principais determinantes da competitividade entre os países.” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47). No entanto, essa política acentuou o profundo fosso existente entre pobres e ricos, pois tomando como exemplo a formação profissionalizante efetivada sem o investimento adequado, é possível depreender que o objetivo desenvolvimentista ficou prejudicado.

Os apontamentos feitos sobre o regime militar são válidos para situar o Memorando de Entendimento sobre Educação/1997. Ocorre que, analisando o *caput* do Memorando em questão, observa-se que se trata de uma implementação originária de dois outros Acordos Brasil/EUA. O primeiro deles é o Acordo firmado para o estabelecimento do “Comitê de Educação para Intercâmbio Educacional e Financiamento de Programas de Intercâmbio,” de 1966, ano em que o Brasil ainda estava sob o comando dos militares; o segundo Acordo é o de “Cooperação em Ciência e Tecnologia,” o qual vigorou a partir de 1986, já no primeiro Governo Civil, no período de redemocratização do Brasil.

É interessante atentar para a relação entre os citados Acordos, datados de 1966 e 1986, e a composição do Memorando em análise, que foi assinado em 1997. O primeiro Acordo (1966), como dito anteriormente, provém da Ditadura Militar implantada no Brasil a partir de 1964, contudo quando haviam decorrido 20 anos deste primeiro convênio, o Governo civil pós-ditadura, na gestão do Presidente José Sarney, deu continuidade à parceria entre os dois países, com a edição do segundo Acordo (1986), o qual foi prorrogado dez anos depois (1996), por Fernando Henrique Cardoso, um exilado político da ditadura, que assumira a Presidência do Brasil já em plena democracia e, contraditoriamente, assinava um Acordo que prorrogava a relação que vinha se estabelecendo entre os dois países desde os anos mais controversos da História brasileira. Todo esse percurso culminou no Memorando... (1997) ora em análise, o que demonstra que a hegemonia estadunidense na Educação veio se fortalecendo nos distintos regimes de Governo no Brasil.

Estabelecido o percurso até a assinatura do Memorando... (1997), a análise que segue incidirá sobre aspectos concernentes aos seus propósitos. Destaca-se no documento o manifesto interesse de Brasil e EUA estabelecerem uma “parceria para a Educação,” calcada nas Leis e na Constituição dos dois países e sujeitos à disponibilidade de fundos para investimento, de acordo com as leis orçamentárias de ambas as partes, conforme se observa no texto inicial:

Considerando os objetivos do Acordo formado por troca de notas para o estabelecimento do ‘Comitê de Educação para intercâmbio educacional e financiamento de Programas de Intercâmbio,’ que entrou em vigor em **19 de outubro de 1966**, e o Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América sobre ‘Cooperação em Ciência e Tecnologia,’ que entrou em vigor em **15 de maio de 1986** e foi prorrogado em **30 de janeiro de 1996**,

manifestam sua determinação de implementar uma '**parceria para Educação,**' por meio do presente Memorando de Entendimento. (BRASIL, 1997).

A análise do objetivo exposto leva aos seguintes questionamentos: qual seria essa parceria? Quais os interesses dos parceiros envolvidos? Na tentativa de responde-los é válido retomar o contexto de regime militar no qual nasceu o primeiro Acordo que culminou com o Memorando... (1997) e compreender que naquele período “o acentuado descompromisso do Estado em financiar a Educação pública abriu espaço para que a Educação escolar, em todos os seus níveis se transformasse em negócio altamente lucrativo.” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA; 2007, p.35). Devido a isso, as empresas privadas, incentivadas pelos subsídios fiscais e diversas outras “facilidades,” viam a “parceria para a Educação” como um vantajoso negócio e o Estado, sob o discurso de promover a diminuição da desigualdade social, buscava manter sua sustentação.

Há que se considerar a atração do capital estrangeiro para países nos quais havia potencial de ampliação dos mercados, e nesse caso, o Memorando/1997 entre Brasil e EUA justifica-se como uma “parceria” promissora para ambos os lados. O fato é que “o intenso salto econômico para adiante, promovido pela ditadura, tem a ver com o próprio projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital em restaurar taxas de crescimento dos esgotados ‘anos de ouro.’” (BHERING; BOSCHETTI, 2014, p. 135). Reside, portanto, nessa característica um aparente interesse em desenvolver a Educação por intermédio do intercâmbio proposto.

Contudo, não se pode desprezar os interesses político-econômicos determinantes dessa relação internacional. Nesse sentido, Tragtenberg (2012, p. 13), em sua obra *Educação e Burocracia*, analisa como o aspecto econômico tem estreita ligação com a Educação, tomando como base “o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e os efeitos da dinâmica da reprodução ampliada do capital sobre a Educação.” É possível, então, afirmar que a celebração de acordos na área da Educação, nos moldes do Memorando de Entendimento/1997 segue a tendência de fortalecimento do capitalismo e da conversão da Escola em Aparelho Ideológico.

Para corroborar essa percepção, cabe reafirmar que o primeiro Acordo para Educação firmado em 1966 entre Brasil/EUA, corresponde ao ano em que a industrialização estava sendo implantada nos Trópicos e, conseqüentemente, o modelo capitalista se expandia. Segundo Tragtenberg (2012, p. 13), essa expansão ocorria de “forma desigual e combinada,” sendo necessária a articulação entre os países capitalistas com os demais, uma vez que àqueles interessa manter a hegemonia do capital, condição *sine qua non* para a conservação do imperialismo norte-americano. Assim é que, nas bases desse projeto de dominação, a Educação



assumiu um caráter messiânico de ascensão social daqueles que constituem mão de obra desse modelo econômico.

Porém, ainda segundo Tragtenberg (2012), a Educação ainda não “salvou” o País e nem se constituiu em elemento de formação de mão de obra qualificada, ao contrário, apenas aumentou a distância entre pobres e ricos, na medida em que desconsiderou o abismo social existente entre esses atores da sociedade. Convém destacar que a prática capitalista de apresentar a Educação como “salvadora de almas” não leva em consideração que o próprio modo capitalista manipula o homem, adequando-o às regras do sistema.

Por conseguinte, todos os esforços empreendidos nesse setor estão relacionados muito mais à concepção de Educação como serviço, do que como direito. Não obstante, compreende-se o porquê de o Memorando... (1997) mesclar em suas diretrizes tanto ideologias do período militar, quanto das políticas neoliberais implantadas a partir dos anos de 1990, uma vez que os dois contextos históricos adquirem uma atualidade em seus propósitos, ou seja, “no Brasil e no mundo globalizado, a Educação tem sido apresentada como a solução para as principais mazelas que afligem o nosso planeta, da crise ecológica à crise social.” (SOUZA, 2017, p. 59). Assim é que no contexto de necessidade de formulação de políticas voltadas à Educação, especialmente nos países da periferia do capital, é que especialistas de Organismos Multilaterais como o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), UNESCO, juntaram-se a empresas privadas, bancos e economistas para discussão e proposição de Políticas Educacionais que atendessem ao Mercado. Essas políticas remetem, portanto, à mercantilização da Educação, a qual foi o maior expoente nos anos de 1990, visto que:

Os anos noventa, do século que se foi, assistiram a uma modificação radical na relação do Estado Brasileiro com a Educação, reformas educacionais foram implementadas nos Estados e municípios, o Governo Federal assumiu a condução de uma efetiva política educacional nacional. Razão pela qual todas as reformas implementadas foram no mesmo sentido ou se basearam nos mesmos princípios e objetivos. (SOUZA, 2017, p. 62).

Verifica-se a partir de então, que o Estado toma o setor educacional como política para atender ao modo capitalista de produção. Ao seguir as recomendações, bem como utilizar empréstimos do BM, o Governo Federal vem estabelecendo reformas educacionais, ou como dito em Souza (2017, p. 66) “reformas pro-mercado.” É preciso compreender que as políticas educacionais implementadas se baseiam em uma característica fundamental do capitalismo, qual seja: tudo é mercadoria. E assim o é a Educação.

Dessa forma, retomando o Memorando... (1997) em estudo, observa-se que seus termos seguem os paradigmas ditados pelos Organismos Multilaterais, e

consequentemente pelo capitalismo. Segundo análise crítica de Coraggio (2009, p. 99), ao propor uma “parceria,” está subjacente que “o gasto em Educação equivale investir no capital humano, gerando assim, um aumento de renda.” Convém lembrar que as propostas do BM para a Educação, embora soem como contemporâneas, fazem parte de suas diretrizes desde os anos de chumbo, em 1970, “mais ainda, já naquela época estavam elaboradas praticamente todas as receitas que hoje podem ser vistas como resposta específica à crise do sistema educacional.” (CORAGGIO, 2009, p. 97) Depreende-se o porquê de o Memorando... (1997) ainda vigorar na composição de programas de parcerias entre Brasil e EUA.

É preciso reforçar que o discurso propagado pelos interessados nas reformas educacionais de países como o Brasil, firma-se no atendimento à Educação como forma de desenvolvimento, de melhoria de qualidade de vida da população. Contraditoriamente, tais políticas focalizam o Mercado, o que no capitalismo implica dizer que estão baseadas na “relação entre coisas, independentes dos homens, os sujeitos sociais concretos.” (SOUZA, 2017, p. 68). O produto do trabalho e a força de trabalho – ligadas ao homem – são, portanto, mercadorias e, nesse contexto, a Educação deve agir na formação dessa força de trabalho, para que o produto seja o lucro.

Observa-se com isso que o discurso de Educação como solução para todas as questões sociais se contradiz, uma vez que “a Educação deveria ser vista como um bem público e não como uma mercadoria.” (TRAGTENBERG, 2012, p. 32). Isso é imprescindível para que fosse pelo menos possível falar em transformação. Nesse ínterim, e corroborando com os ideais neoliberalistas sobre a função educacional, o Memorando... (1997) ora em apreço traz impressa a marca do que Tragtenberg (2012, p. 119) chama de “messianismo pedagógico,” ou seja, a ideia de que a Educação é capaz de resolver todas as situações, bastando esforço em empreendê-la de forma “correta,” repetindo-se então o discurso de competitividade dos anos de 1990, período no qual “

vasta documentação internacional, emanada de importantes organismos multilaterais, propalou esse ideário, mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que toca tanto a Educação, quanto a economia. Essa documentação exerceu [e exerce] importante papel na definição das políticas públicas para a Educação no país. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47).

No que concerne aos Organismos Multilaterais, há que considerar a forte influência do BM na elaboração e capitalização das políticas educacionais instituídas nos países da América Latina e Caribe, sobretudo no Brasil. Para Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 61) o fato de os EUA serem detentores de aproximadamente de 20% dos recursos gerais do BM, ocupando, então, a presidência do Banco e

possuindo o poder de veto, demonstram que a política externa americana vem sendo beneficiada com as ações do BM. Essa preponderância financeira, acarreta, então, em um poder decisório nas diretrizes do BM em diversas áreas, incluindo a educacional.

Como instituição financeira, o Banco Mundial tem propostas educacionais concebidas “basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem categorias centrais, a partir das quais se define a tarefa educativa [...]” (TORRES, 2009, p. 138). Em detrimento do caráter formativo, enfatiza-se modelo educacional quantitativo e planejável, apresentando-se o investimento do setor privado como possível solução para os problemas voltados à Educação. Tal aspecto pode ser visto no Memorando... (1997), ao prever o estabelecimento de relações da Educação com o setor privado, nos seguintes termos:

Ao implementar as disposições do presente Memorando, as Partes tencionam, em particular: a) estimular e facilitar relações mais estreitas entre as respectivas agências e entidades educacionais nos âmbitos federal, estadual e local, bem como entre escolas e sistemas escolares, instituições de ensino superior, organizações educacionais adequadas, outras entidades educacionais e **estabelecimentos do setor privado com interesse na área da Educação nos dois países**; (BRASIL/MRE, 1997, grifo nosso).

A iniciativa de relacionar o público com o privado, bem como os aspectos quantitativos, propostos pelos Organismos Multilaterais podem ser vistos explicitamente no referido documento, como se observa a seguir:

c) dar ênfase aos seguintes temas em suas atividades de cooperação: uso efetivo de tecnologias em Educação; realização de atividades destinadas a garantir o aprendizado de toda criança conforme **padrões, avaliações e indicadores educacionais**; fortalecimento da formação de professores e diretores de escola; diversificação do intercâmbio educacional; **incentivo à participação da família**, da comunidade e do **setor empresarial na área da Educação**. (BRASIL/MRE, 1997, grifo nosso).

Os termos destacados no excerto do texto do Memorando... (1997) levantam os seguintes questionamentos: a que “padrões,” “avaliações” e “indicadores” o documento se refere? Ao que parece, eles reforçam o caráter de “padronização,” o qual fatalmente se reverterá em “avaliação,” sob determinados “indicadores educacionais,” que podem não considerar aspectos econômico e social do país emergente, mas sim do país que estaria em um “nível mais avançado” de desenvolvimento, o que levaria à tentativa de equiparação entre eles. Isso consolida o aspecto de redenção da Escola em uma sociedade capitalista, como também corporifica o pensamento hegemônico de que o modelo capitalista é o único capaz de responder aos anseios de melhoria na qualidade de vida. Verifica-se, neste contexto, que a Educação serve

para:

a) a criação de mão de obra disponível que o sistema precisa; b) a inculcação de maneiras de sentir, pensar e agir que traduzem a ideologia da classe dominante como sendo da 'sociedade em geral,' e de seu interesse privado como sendo de 'interesse público.' [...] O que há estruturalmente é um modo de produção capitalista que destrói os modos de produção anteriores, que expulsa a população das áreas rurais rumo às grandes cidades e, nas cidades, [...] expulsa a mão de obra operária às periferias. Ao mesmo tempo mantém uma população excedente, não qualificada, a qual pode acorrer quando necessite e que tem como função manter em níveis baixos o salário da mão de obra ativa. (TRAGTENBERG, 2012, p. 93)

Logo, o modo de produção capitalista trata a Educação e o educador no contexto do messianismo pedagógico. Tragtenberg (2012, p. 93) é categórico ao afirmar “[...] que a Educação pode ser um meio muito importante de mudança social, se ao mesmo tempo você fizer mudanças econômicas, políticas e sociais.” Em consonância com o citado autor, Evangelista e Triches (2014, p.48), afirmam que “o consenso que se busca construir ou consolidar é o de que a pobreza se origina na falta de escolarização de boa qualidade e a solução desse problema encontrar-se-ia na própria escola,” arrematam as autoras.

Outro importante apontamento destacado no trecho do Memorando... (1997) consiste em um dos *slogans* da área educacional, qual seja, a participação da comunidade. Nisso reside o consenso construído de que o conceito de participação da comunidade compreendido como ferramenta para atingir os parâmetros de eficiência e eficácia, conforme Shiroma e Santos (2014, p.34), se apresenta sob duas dimensões: uma técnica e outra ético-política, sendo que “do ponto de vista técnico, a participação da comunidade nas atividades escolares pode gerar diminuição de gastos. Na esfera ético-política [...] está pautada no voluntariado e na cooperação.” Assim é que o texto do Memorando... (1997) reforça as políticas neoliberais e enfraquece a participação crítica da sociedade acerca da responsabilidade do Estado sobre as mazelas da Educação, já que o discurso apregoado acarreta à comunidade a responsabilidade de operacionalizar as melhorias necessárias.

Decorre disto o seguinte questionamento: é possível pensar na Educação como meio de quebrar o paradigma capitalista, quando são firmados Acordos Internacionais com um dos maiores representantes desse modo de produção? É preciso também destacar que a participação do setor empresarial nas questões educacionais, tal como proposto no documento em análise, leva a outro discurso: o da descentralização. A justificativa para essa descentralização é apresentada por Shiroma e Santos (2014, p. 37) ao estatizarem que:

As reformas no setor educacional impulsionaram a desconcentração de atividades que deixaram de ser exclusivas do Estado. Em tese, essas medidas dotariam de

flexibilidade a estrutura burocrática das escolas, para aumentar-lhes a agilidade em responder às demandas.

Verifica-se no exposto que os discursos educacionais de participação da comunidade e do empresariado levam à descaracterização do dever do Estado de financiar e regular a Educação pública. Sob a justificativa de qualidade, a sociedade se vê, então, obrigada a adequar-se ao capitalismo, deixando de agir em prol de mudanças coletivas estruturantes, para agir individualmente e competitivamente, de acordo com as exigências do Mercado. O discurso tem, portanto, reflexo na prática social, pois “as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder.” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 126). Assim, a linguagem utilizada no texto do Memorando...(1997) prega a ideologia de que a Escola é capaz de desenvolver um País, e nesse cenário, a presença de uma nação bem sucedida como os EUA, nos assuntos educacionais, torna-se imprescindível.

Com efeito, Tragtenberg (2012) tem razão em sua descrença no papel da Escola como única e exclusiva redentora. É possível verificar esse pensamento messiânico no seguinte trecho do anexo ao Acordo, o qual trata das atividades a serem realizadas no período de 1º de novembro de 1997 a 31 de dezembro de 1999:

Tecnologia em Educação: 1. As Partes envidarão seus melhores esforços para facilitar a cooperação no desenvolvimento, teste e avaliação tanto de novas tecnologias, quanto das já existentes, a fim de compartilhar conhecimento sobre sua melhor utilização no aprimoramento do aprendizado e a comunicação. 2. **As Partes reconhecem que a Educação e o desenvolvimento de infraestruturas modernas de informação são chave para o futuro**, na medida em que promovem crescimento e oportunidades econômicos. (BRASIL/1997, grifo nosso).

Observa-se que os países reconhecem na Educação o que chamam de “chave para o futuro.” Isto seria possível por meio de “infraestruturas modernas de informação,” ou seja, implementos nas tecnologias que, obviamente, consiste em importar recursos pedagógicos e modelos de Educação do país em estágio mais avançado de desenvolvimento. Talvez por isso o documento seja contumaz em reforçar a ideia de participação do setor empresarial e de parcerias Escola-empresa, como é possível observar no trecho ora em destaque:

Intensificação da participação dos setores empresarial, da comunidade e da família na área da Educação: 15. Estabelecer um diálogo e facilitar consultas por peritos, no sentido de compartilhar experiências práticas no **fortalecimento da participação do setor empresarial**, comunidades e famílias na Educação, e explorar caminhos para **estimular a expansão de parcerias escola-empresa**, com a finalidade de melhorar a qualidade da Educação. (BRASIL/1997, grifo nosso).

Nessa maior participação do empresariado, em especial, desponta um discurso



hegemônico de que essa classe de intelectuais, seria então mais qualificada para resolver questões que o Estado não consegue administrar. Nesse sentido, recorrendo a Gramsci, (2001, p. 15-16) ressalta-se que todo grupo social “cria” seus próprios intelectuais orgânicos para o fortalecimento de seus objetivos e assim, para o capitalismo:

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os 'prepostos' (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa.

Com base no exposto em Gramsci (2001), depreende-se que a justificativa de estimular a participação dessa categoria de intelectuais nos assuntos da Educação, supõe desviar o foco para questões menores, deixando de lado a luta para transformações estruturais maiores. Trata-se de estratégia política de um modelo econômico que esmaga uma maioria em prol de atender aos anseios do Mercado.

Essa noção de Escola relacionada a Mercado é intensamente discutida em Michael Apple (2003, p.1) na obra *Educando à Direita*, na qual o autor lança a expressão “temporada de caça à Educação.” Tal expressão refere-se ao grande interesse por parte dos mais diversos setores da sociedade, tais como os políticos, empresários e intelectuais, pelo rumo que a Educação deve seguir. O autor ressalta, ainda, o caráter de “negócio” que a Educação assume e que tanto o inquieta, como é possível verificar neste fragmento do texto:

Para muitíssimos dos eruditos, políticos, dirigentes de grandes empresas e outros, a Educação é um negócio e não deve ser tratado de forma diferente de nenhum outro negócio. O fato dessa posição estar se tornando agora cada vez mais comum é evidência de algumas tendências preocupantes. Dentre as muitas vozes que falam agora sobre Educação, só as mais poderosas tendem a ser ouvidas. Embora não exista nenhuma posição unitária que centralize aqueles que têm o poder político, econômico e cultural, as tendências mais importantes em torno da qual gravitam tendem a ser mais conservadoras do que progressistas. (APPLE, 2003, p. 1- 2).

A característica de “negócio,” apontada por Apple remete novamente à questão das ações do Banco Mundial no âmbito educacional em países como o Brasil. Isso porque:

há especial interesse tanto na venda de projetos para os países, quanto no financiamento de projetos por eles apresentados, respeitadas, é claro suas [as do BM] 'condicionalidades.' O banco transformou-se no maior captor mundial, não soberano, de recursos, movimentando em torno de 20 milhões de dólares ao ano, tendo posto em circulação entre 1985 e 1990, 20 trilhões de dólares. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 61).

Compreende-se o interesse dos Organismos Internacionais, especialmente o BM no investimento em Educação no Brasil, já que a questão custo-benefício parece bastante atraente. Recorrendo-se a Shiroma, Moraes e Evangelista (2007) tem-se que o investimento em Educação Básica – foco dos investimentos do BM – aumenta a produtividade de trabalho dos pobres, mão-de-obra necessária à manutenção do modelo de produção capitalista. Convém retomar Apple (2003), destacando que o documento ora analisado afirma a ideia de um modelo educacional pautado em determinados “padrões” de qualidade, os quais serão avaliados de acordo com indicadores internacionais, como bem é salientado a seguir:

4. Trabalhar em conjunto no sentido de desenvolver sistemas de estatísticas e **indicadores educacionais de padrão internacional**, compatíveis com os esforços já existentes para estabelecer indicadores internacionais – OECD e UNESCO. (BRASIL/1997, grifo nosso).

Por conseguinte, a necessidade de equiparação aos países capitalistas desenvolvidos gera um modelo educacional competitivo, que guarda estreita relação com o fator econômico. Sobre essa relação, Apple (2005) destaca que a atual concepção neoliberal de Educação é perpetuada por um “Estado Fraco” que leva à concepção de que somente o que é privado é melhor e, nesse contexto, a Escola e especialmente os alunos, são vistos como o que o autor chama de “capital humano.” Daí a importância de financiamentos privados, bem como a manutenção de Acordos que gerem o desenvolvimento tão esperado, ou talvez a mão de obra tão necessária para a manutenção do modelo em voga.

É importante a ideia de hegemonia expressa em Apple (2003, p. 39), quando afirma que tal conceito “[...] atua para ‘saturar’ nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos [...], bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo *tout court*, o único mundo.” Nesse sentido, o Memorando de Entendimento sobre Educação Brasil/EUA (1997), aqui estudado, parece conectar-se à concepção de Educação hegemônica.

A análise do Memorando... (1997) à luz da concepção de Educação nele impressa, aos olhos mais desavisados, poderia se tratar de uma melhoria da Educação, por meio do intercâmbio de conhecimento, culturas e políticas educacionais. Mas, conforme foi discutido no decorrer do texto, há que se refletir sobre qual ou quais os reais objetivos dessa integração, uma vez que não se pode considerar a Educação um campo social despido de interesses econômicos, políticos e sociais. Esse imbricado conjunto caminha no sentido de nortear o destino que a Educação deve tomar e as implicações desse destino.

Na busca por respostas e pautados na hipótese de que o Acordo sobre

Educação firmado entre Brasil e Estados Unidos pode levar a uma perpetuação do modelo econômico capitalista, constituindo assim, uma política neoliberal de Educação, é possível indicar que foram encontrados pontos relevantes na tessitura do Memorando... (1997). Tais pontos revelam não se tratar este de mera tentativa humanística de melhoria de vida da população mediante a “redentora Educação,” mas de Acordos gerados no seio da política.

Apple (2006, p. 47), ao discutir as relações hegemônicas presentes no setor educacional, afirma que as ideologias impostas pelo momento histórico e, por isso mesmo pelo modelo econômico vigente, levam a sociedade a perpetuar ideias tidas como já estabelecidas. Isso representa que não são mais passíveis de debates, pois se trata de ponto pacífico nas discussões. Exatamente por isso, o autor afirma que:

se tivéssemos que apontar uma das áreas mais negligenciadas pela intelectualidade educacional, esta seria exatamente o estudo crítico da relação entre as ideologias e o pensamento e as práticas educacionais, o estudo da variação das hipóteses do senso comum que orientam nossa área já tecnicamente dominada.

Nota-se a importância para os países capitalistas em promover ações voltadas à Escola, pois ela se constitui “[...] como agente bastante significativo da reprodução cultural e econômica.” Ademais, “toda criança frequenta a escola, e a escola tem efeitos importantes como constituição de referência e socialização.” (APPLE, 2006, p. 66). A Escola é, portanto, espaço de disputa pela hegemonia. Dessa maneira, pautados no conceito de hegemonia de Gramsci (2001) no que concerne à relação entre dominados e dominantes, destaca-se que o interesse norte-americano em estabelecer Acordos com o Brasil, especialmente no que diz respeito à Educação, vai muito além da concepção messiânica. Na verdade, atende a interesses econômicos de hegemonia de um sistema, por meio do qual firmou seu imperialismo. Nesse sentido, é válido pontuar que:

Diversas propostas de políticas feitas ao ‘mundo em desenvolvimento’ baseiam-se no pressuposto de que, pelo menos em certos âmbitos educacionais, existem problemáticas comuns e necessidades e comportamentos diferentes daqueles do ‘mundo desenvolvido.’ Porém, tanto os problemas, como as soluções, e o próprio modelo de desenvolvimento educativo, [são] pensados, sobretudo a partir de enfoques e modelos dos países desenvolvidos. (TORRES, 2009, p.145).

O Memorando... (1997) em questão deixou claro que o modelo proposto está eivado de concepções educacionais direcionadas aos interesses dos ditos “países desenvolvidos” e, paradoxalmente ao exposto no excerto, não leva em consideração o contexto diferenciado do “mundo em desenvolvimento.” O investimento em Educação e os consequentes acordos entre os diferentes países, no caso do estudo, entre Brasil e EUA, parecem estar conectados com o ideário político de manutenção hegemônica dos estadunidenses, pois, dado o exposto, “não surpreende [...] que a

classe dominante lance mão de alianças possíveis para alcançar seus intentos, nem que a Educação seja escolhida para compor a essência de suas explicações para os problemas socioeconômicos.” (EVANGELISTA; TRICHES, 2014, p. 49).

## CONCLUSÕES

A análise acerca do Memorando de Entendimento sobre Educação Brasil/EUA (1997), longe de desconsiderar que um Acordo dessa natureza tem pontos positivos – mesmo que sob o manto de interesses políticos –, pretendeu promover a discussão crítica dos objetivos subjacentes ao referido documento. As discussões propostas confirmam que a Educação é campo fértil para a dissolução de ideologias dominantes, as quais podem emergir em forma de contraposição à hegemonia capitalista. Ademais, é preciso considerar que as políticas educacionais “dependem não só das condições políticas de uma conjuntura histórica, mas também das características e do poder dos grupos hegemônicos.” (BIANCHETTI, 1997, p. 93). Mais uma prova de que um Acordo entre Brasil e EUA na área da Educação não se reveste puramente do aspecto humanitário, mas especialmente, do desejo de se manter as relações que solidificam a hegemonia de uma nação sobre a outra. Assim, confirma-se a hipótese inicial, considerando os pontos relevantes encontrados nos termos do Memorando de Entendimento sobre Educação/1997.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.
- APPLE, Michael Whitman. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Trad. Gilka Leite Garcia e Luciana Ache. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2014.
- BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1997.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Memorando de Entendimento sobre Educação entre Brasil e Estados Unidos**. 1997. Disponível em: <[http://www.dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b\\_87\\_2011-09-01-14-0-17/](http://www.dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1997/b_87_2011-09-01-14-0-17/)>.
- CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção? Trad. Mônica Corullón. In: Tommasi; Warde; Haddad (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2009.
- EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: I Colóquio a pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. **Anais...** Belém: UFPA, 2009.

Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/211971320/texto-Olinda-PDF>.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Professor: a profissão que pode mudar um país? *In*: EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os *slogans* na política educacional**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UnB, 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos N. Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID: ações e reações (1966-1968)**. 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, 2011. Disponível em: <<http://www.hdl.handle.net/11449/93369>>.

SHIROMA, Oto Eneida; MORAES, Maria Cecília Marcondes de; EVANGELISTA, Eneida. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; SANTOS, Fabiano Antonio. *Slogans* para a construção do consentimento ativo. *In*: EVANGELISTA, Olinda. (org.). **O que revelam os *slogans* na política educacional**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2014.

SOUZA, Gilberto P. **Inimigos públicos: ensaios sobre a mercantilização da Educação Básica no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2017.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial. Trad. Mônica Corullón. *In*: TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian J.; HADDAD, Sérgio (org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2009.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e burocracia**. São Paulo: UNESP, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acordo Bilateral Brasil/EUA 184

Alfabetização 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 61, 90, 163, 173, 174, 181, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 305, 366

Amor 17, 73, 95, 100, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Apoio 14, 69, 79, 81, 90, 94, 95, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 169, 182, 202, 235, 282, 283, 285, 286, 298, 310, 366, 383

Aprendizagem 3, 11, 20, 22, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 81, 82, 83, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 137, 139, 141, 143, 146, 148, 165, 166, 167, 169, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 270, 271, 273, 278, 286, 287, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 305, 308, 310, 314, 316, 317, 318, 319, 326, 328, 329, 332, 335, 336, 337, 339, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379

Avaliação 31, 52, 59, 62, 77, 78, 79, 80, 84, 87, 98, 152, 153, 162, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 191, 193, 206, 207, 221, 222, 239, 269, 272, 276, 314, 327, 329, 331, 332, 334, 336, 377

Avaliações externas 77, 78, 84

### C

Card games 26, 27, 32

Congresso nacional 20, 36, 37, 38, 163, 206, 336

Cuba 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 363, 366

Currículo escolar 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 151, 201, 202, 332, 335, 338, 342, 344, 350, 351, 352

### D

Deficiência visual 49, 54, 55, 56, 57, 107, 207

Desenhos táteis 49, 51, 52, 54, 55, 56

Dificuldade 60, 65, 66, 94, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 176, 178, 179, 180, 200, 219, 228, 236, 242, 271, 277, 298, 328, 345, 374, 376, 377

### E

Educação 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 26, 28, 29, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 122, 123, 125, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 251, 252, 253, 254, 261, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 287, 288, 290, 292, 293, 296, 297, 301, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 316, 326, 328, 329, 334,

336, 341, 342, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 360, 366, 371, 374, 375, 379, 380, 382, 383  
Emancipação 11, 18, 23, 88, 162  
Ensino 3, 4, 5, 12, 15, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 46, 47, 48, 56, 58, 59, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 94, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 186, 191, 199, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 211, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 253, 254, 269, 270, 271, 273, 277, 279, 285, 286, 287, 288, 292, 295, 296, 299, 300, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 315, 317, 319, 321, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 358, 360, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 379, 381, 383  
Ensino fundamental 38, 68, 81, 94, 99, 137, 138, 139, 140, 145, 146, 147, 148, 173, 177, 178, 179, 182, 208, 212, 218, 296, 307, 309, 311, 341, 372, 376, 377  
Escola 2, 3, 4, 5, 12, 19, 27, 28, 33, 36, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 56, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 151, 154, 158, 159, 160, 166, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 211, 212, 214, 215, 218, 227, 228, 231, 235, 236, 237, 240, 277, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 296, 297, 299, 300, 301, 303, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 318, 319, 324, 326, 335, 338, 348, 353, 357, 358, 359, 372, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 382  
Estado da arte 150, 151, 152, 153, 154, 158, 161, 162, 163, 269, 333  
Estudos de gênero 150, 151, 153, 155, 156, 158, 159, 161, 162  
Ética 21, 22, 113, 115, 119, 120, 121, 141, 143, 148, 201, 209, 214, 250, 359  
Eudaimonia 113, 114, 119, 120

## F

Formação 10, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 28, 33, 35, 59, 62, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 92, 95, 97, 98, 101, 107, 108, 109, 113, 122, 123, 124, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 172, 186, 187, 189, 190, 191, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 230, 231, 232, 233, 237, 238, 239, 250, 251, 255, 268, 269, 274, 277, 282, 283, 290, 291, 294, 296, 301, 302, 303, 304, 307, 312, 313, 314, 316, 326, 341, 345, 346, 350, 358, 359, 362, 372, 373, 375, 376, 380, 381, 383

## H

Hegemonia capitalista 184, 197

## I

Identidade escolar 78

Inclusão 5, 50, 51, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 107, 137, 151, 154, 162, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 208, 212, 214, 216, 308, 309, 310, 311, 313, 315, 316, 347, 358

Iniciativa privada 36, 37, 41, 42, 43, 46, 47

Intervenção pedagógica 173, 182, 297, 298, 299, 317

## J

Jogos didáticos 26, 28, 33, 35, 67

## L

LDB 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 75, 207, 311, 375, 382

Libras 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 69, 70, 75, 76

Língua portuguesa 139, 144, 145, 173, 175, 177, 178, 181, 182, 222, 295, 328, 381

Lúdico 32, 33, 58, 59, 64, 65, 66, 216, 217, 218, 221, 222, 300, 317, 319, 321

Luta por escola 88, 89

## M

Maestros 11, 14, 16, 20, 21, 23

Matemática 17, 18, 107, 109, 139, 150, 152, 155, 158, 163, 173, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 212, 256, 257, 258, 259, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 295, 319, 328, 337, 338, 339, 341

Movimento social 88, 101

## O

Organização escolar 78, 202

## P

Paideia 76, 113, 114, 115, 121, 122

Papel microcapsulado 49, 50, 51, 52, 54, 56

Pluralidade cultural 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Professor 4, 5, 12, 14, 18, 21, 23, 26, 27, 28, 33, 34, 43, 58, 59, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 82, 83, 84, 91, 98, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 141, 142, 145, 146, 147, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 180, 181, 182, 198, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 215, 218, 219, 222, 229, 231, 232, 234, 235, 236, 269, 283, 284, 287, 297, 298, 299, 303, 306, 310, 312, 313, 314, 319, 324, 327, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 349, 355, 357, 360, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381

Profissão docente 164, 169

Programa de saúde 26, 28, 29, 33

## R

Resistência/desistência 164

## S

Sexualidade 2, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 383

Síndrome de burnout 164, 172

Surdez 4, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 107, 241

Surdos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 69, 70, 72, 74, 76

## T

TDAH 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 109, 111, 240

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**